

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	9
INTRODUÇÃO.....	21

## PARTE 1 PROPEDÊUTICA E FONTES NORMATIVAS DO DIREITO ANIMAL

1. A IMPORTÂNCIA DA PROPEDÊUTICA JURÍDICA.....	29
2. DENOMINAÇÃO: DIREITO ANIMAL EM VEZ DE DIREITO DOS ANIMAIS ....	31
3. FUNDAMENTOS FÁTICOS, AXIOLÓGICOS E NORMATIVOS DO DIREITO ANIMAL NO BRASIL .....	35
3.1. O objeto do Direito Animal.....	35
3.2. Os fundamentos do Direito Animal pela ótica da teoria tridimensional do Direito .....	36
3.3. Os fundamentos fáticos – a senciência dos animais .....	38
3.3.1. O que é senciência?.....	38
3.3.2. O senciocentrismo e o problema do universo de animais sencientes .....	43
3.3.3. A Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos (2012) .....	48
3.3.4. A Declaração de Nova York sobre a Consciência Animal (2024) .....	49
3.3.5. A senciência na reforma do Código Civil brasileiro .....	50
3.4. Os fundamentos axiológicos – a dignidade animal .....	51
3.4.1. Quem é protegido pela regra da proibição da crueldade contra animais? .....	51
3.4.2. Animais têm valor intrínseco .....	52
3.4.3. A dignidade própria dos animais como valor constitucional e a virada kantiana .....	53
3.5. Os fundamentos normativos – o direito fundamental animal à existência digna.....	56
3.5.1. Toda dignidade é protegida por um catálogo mínimo de direitos fundamentais.....	56

3.5.2.	O direito fundamental animal à existência digna como direito fundamental implícito .....	57
3.5.3.	A fundamentalidade material dos direitos animais .....	58
3.5.4.	O conteúdo do direito fundamental animal à existência digna .	60
3.5.5.	Os direitos animais como direitos fundamentais de 4 <sup>a</sup> dimensão .....	62
3.6.	Gráfico-síntese da fundamentação do Direito Animal .....	66
4.	<b>O QUE É O DIREITO ANIMAL? .....</b>	69
4.1.	O conceito dogmático de Direito Animal.....	69
4.2.	A autonomia do Direito Animal em relação ao Direito Ambiental .....	69
4.3.	O Direito Animal e a coexistência com as valorações instrumentalizadoras dos animais.....	71
4.4.	O Direito Animal e sua transversalidade: Direito Público ou Direito Privado? .....	72
4.5.	Relações entre o Direito Animal e outros ramos jurídicos.....	75
5.	<b>O CONTEÚDO DA REGRA CONSTITUCIONAL DA PROIBIÇÃO DA CRUELDADE CONTRA ANIMAIS.....</b>	79
5.1.	Pressupostos interpretativos para fixar o conteúdo da regra .....	79
5.2.	A regra da proibição da crueldade vai além do sofrimento físico ou psíquico: os danos animais existenciais.....	81
5.3.	A proibição da crueldade contra animais e a precaução diante da dúvida .....	82
6.	<b>OS PRINCÍPIOS DO DIREITO ANIMAL .....</b>	85
6.1.	A teoria dos princípios de Humberto Ávila .....	85
6.2.	Antecedentes da dogmática dos princípios do Direito Animal.....	89
6.3.	A proposta principiológica de Tagore Trajano de Almeida Silva.....	90
6.4.	Princípios exclusivos e compartilhados.....	93
6.5.	Princípios exclusivos do Direito Animal.....	94
6.5.1.	Princípio da dignidade animal .....	94
6.5.1.1.	Fundamentação normativa .....	95
6.5.1.2.	Conteúdo normativo.....	97
6.5.1.3.	Significado pragmático do princípio .....	98
6.5.2.	Princípio da universalidade .....	101
6.5.2.1.	O espectro subjetivo do Direito Animal.....	101
6.5.2.2.	Fundamentos normativos de um Direito Animal universal .....	102
6.5.2.3.	Conteúdo normativo e sentido pragmático .....	105
6.5.3.	Princípio da primazia da liberdade natural .....	107
6.5.3.1.	Fundamentação normativa .....	107
6.5.3.2.	Conteúdo normativo e sentido pragmático .....	109

6.5.4.	Princípio da educação animalista.....	110
6.5.4.1.	Conceito e fundamentação normativa.....	110
6.5.4.2.	Conteúdo normativo e sentido pragmático .....	113
6.5.5.	Princípio da substituição .....	114
6.5.5.1.	Origens e fundamentação normativa .....	114
6.5.5.2.	Conteúdo normativo e sentido pragmático .....	118
6.5.6.	Princípio da cidadania animal.....	119
6.5.6.1.	Cidadania animal como princípio zoopolítico .....	119
6.5.6.2.	Conteúdo normativo e sentido pragmático .....	121
6.6.	Principais princípios compartilhados com o Direito Animal .....	122
6.6.1.	Princípio da precaução .....	122
6.6.2.	Princípio da prevenção .....	126
6.6.3.	Princípio da proibição do retrocesso.....	128
6.6.4.	Princípio da participação comunitária.....	130
6.6.4.1.	Alcance e fundamentação normativa .....	130
6.6.4.2.	Meios de participação popular no Direito Animal ....	132
6.6.4.2.1.	Os Conselhos de Direitos Animais, os Conselhos Tutelares Animais e os Fundos de Direitos Animais .....	133
6.6.4.2.2.	As funções públicas das entidades de proteção animal e o direito de regresso contra o Poder Público omissó .....	137
6.6.4.2.3.	O acesso às informações sobre o bem-estar de animais .....	139
6.6.5.	Princípio da inafastabilidade do controle judicial .....	141
6.6.5.1.	A judicialização do Direito Animal.....	142
6.6.5.2.	A capacidade processual dos animais .....	145
6.6.5.2.1.	A capacidade processual como pressuposto processual .....	145
6.6.5.2.2.	O Decreto 24.645/1934 e a capacidade processual dos animais .....	149
6.6.5.2.3.	A capacidade processual dos animais na jurisprudência .....	150

## PARTE 2 FONTES NORMATIVAS DO DIREITO ANIMAL

1.	TEORIA DO DIÁLOGO DAS FONTES NORMATIVAS.....	157
2.	CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS SOBRE ANIMAIS: ANIMALISTAS, CONTINGENCIALMENTE ANIMALISTAS E NÃO ANIMALISTAS .....	159

<b>3. AS FONTES NORMATIVAS CONSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS .....</b>	<b>161</b>
3.1. A Constituição Federal .....	161
3.2. As Constituições dos Estados e a Lei Orgânica do Distrito Federal .....	163
3.3. Convenções e tratados internacionais .....	165
3.3.1. Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia .....	166
3.3.2. Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES).....	166
3.3.3. Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas .....	167
3.3.4. Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) .....	167
3.3.5. Convenção Interamericana para a Proteção e a Conservação das Tartarugas Marinhas .....	167
3.3.6. Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ....	168
3.3.7. Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres.....	168
3.3.8. Resolução 69/314 da ONU e Declaração de Lima.....	169
3.3.9. Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú) .....	169
3.3.10. Declaração Universal dos Direitos Animais .....	170
<b>4. AS FONTES NORMATIVAS LEGAIS.....</b>	<b>173</b>
4.1. As leis federais .....	173
4.1.1. Decreto 24.645/1934: a “Lei Áurea” dos animais .....	174
4.1.1.1. Escorço histórico .....	174
4.1.1.2. Conteúdo e natureza jurídica .....	175
4.1.1.3. Vigência .....	178
4.1.2. Lei 7.643/1987: Lei de Proteção dos Cetáceos.....	181
4.1.3. Lei 9.605/1998: Lei de Crimes Ambientais .....	182
4.1.4. Leis 13.426/2017 (Lei de Controle de Natalidade de Cães e Gatos) e 14.228/2021 (Lei da Proibição da Eliminação de Cães e Gatos pelos Órgãos de Controle de Zoonoses, Canis Públicos e Estabelecimentos Oficiais Congêneres) .....	186
4.1.5. Leis 12.334/2010 (Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens) e 14.755/2023 (Lei da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens) .....	191
4.1.6. Lei 15.046/2024 (Lei autorizativa do Cadastro Nacional de Animais Domésticos) .....	192
4.1.7. Leis federais contingencialmente animalistas .....	194
4.1.7.1. Lei 5.197/1967: Lei de Proteção à Fauna .....	194

4.1.7.2.	Lei 9.985/2000: Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) .....	196
4.1.7.3.	Lei 11.794/2008: Lei da Experimentação Científica ou Didática com Animais .....	197
4.1.7.4.	Lei Complementar 140/2011: Normas de Cooperação entre os Entes Federativos em Matéria Ambiental....	199
4.1.8.	Leis federais não animalistas.....	201
4.1.8.1.	Lei 7.173/1983: Lei dos Zoológicos.....	202
4.1.8.2.	Lei 11.959/2009: Lei da Pesca .....	203
4.1.8.3.	Lei 13.364/2016: Lei do Rodeio, da Vaquejada e do Laço .....	204
4.1.8.4.	Lei 15.008/2024 (Lei do Rodeio Crioulo como atividade da cultura popular) .....	205
4.1.9.	Projetos de leis federais.....	207
4.1.9.1.	Projetos de leis federais que alteram a qualificação jurídica dos animais .....	207
4.1.9.2.	Outros projetos de leis federais .....	210
4.2.	As leis estaduais e distritais.....	211
4.2.1.	Panorama da legislação estadual e distrital de Direito Animal ..	211
4.2.2.	As leis estaduais e distritais tipicamente animalistas.....	214
4.2.2.1.	O Código modelo de Direito Animal: Código de Direito e Bem-Estar Animal do Estado da Paraíba .....	215
4.2.2.2.	Sergipe .....	219
4.2.2.3.	Santa Catarina.....	220
4.2.2.4.	Espírito Santo.....	221
4.2.2.5.	Rio Grande do Sul .....	222
4.2.2.6.	Minas Gerais .....	223
4.2.2.7.	Rio Grande do Norte .....	223
4.2.2.8.	Roraima .....	224
4.2.2.9.	Pernambuco.....	225
4.2.2.10.	Piauí.....	227
4.2.2.11.	Goiás.....	228
4.2.2.12.	Amazonas .....	229
4.2.2.13.	São Paulo .....	231
4.2.2.14.	Distrito Federal .....	234
4.3.	As leis municipais.....	234
4.3.1.	Panorama da legislação municipal de Direito Animal .....	234
4.3.2.	A Política Municipal dos Direitos Animais: a lei modelo de São José dos Pinhais/PR.....	238
4.3.3.	Outras leis municipais animalistas .....	240
4.4.	Fontes normativas infralegais.....	241

4.4.1.	Decretos e regulamentos .....	241
4.4.2.	Decreto 11.349/2023 .....	242
4.4.3.	As Resoluções do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) .....	246
<b>5.</b>	<b>FONTES NORMATIVAS JURISPRUDENCIAIS.....</b>	<b>251</b>
5.1.	Precedentes das Cortes Supremas como normas jurídicas .....	251
5.2.	Precedentes do Supremo Tribunal Federal.....	252
5.2.1.	Inconstitucionalidade da “farra do boi” (RE 153.531-SC) .....	253
5.2.2.	Inconstitucionalidade das rinhas de galos (ADIs 2.514-7/SC, 3.776-5/RN e 1.856/RJ) .....	255
5.2.3.	Inconstitucionalidade da vaquejada (ADI 4.983-DF) e o efeito backlash pela EC 96/2017 .....	257
5.2.3.1.	A decisão sobre a inconstitucionalidade da vaquejada como precedente obrigatório de Direito Animal .....	257
5.2.3.2.	O efeito backlash e a inconstitucionalidade da EC 96/2017 .....	260
5.2.3.3.	Hipoteticamente considerada constitucional a EC 96/2017, a vaquejada não se enquadra no § 7º do art. 225 da Constituição .....	263
5.2.4.	A constitucionalidade do sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana (RE 494.601-RS) – um retrocesso para o Direito Animal? .....	266
5.2.5.	Proibição do uso de animais em testes de cosméticos por leis estaduais (ADIs 5.996 e 5.995) .....	274
5.2.6.	Proibição da soltura de fogos de artifício com efeito sonoro ruidoso (ADPF 567) e outros precedentes sobre competência legislativa municipal.....	277
5.2.7.	Proibição da caça (ADI 350) .....	279
5.2.8.	Proibição de abate de animais apreendidos em situação de maus-tratos (ADPF 640) .....	281
5.2.9.	Implementação da política nacional para a população em situação de rua e a proteção dos seus animais de estimação (ADPF 976 MC-Ref).....	284
5.2.10.	Reconhecimento do dano animal como categoria autônoma (AgRg no RE 1.478.044) .....	286
5.3.	Precedentes do Superior Tribunal de Justiça .....	288
5.3.1.	Proibição do extermínio de cães e gatos com gás asfixiante (REsp 1.115.916-MG) .....	289
5.3.2.	Regulação do direito de visitas a animais de estimação no caso de dissolução do casamento ou da união estável (REsp 1.713.167-SP) .....	291
5.3.3.	Abusividade da proibição genérica de animais em condomínios (REsp 1.783.076-DF) .....	296

5.3.4.	Guarda doméstica de animais silvestres e a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana (REsp 1.797.175-SP).....	297
5.3.5.	Repartição das despesas com o animal de estimação após a dissolução do casamento ou da união estável (REsp 1.944.228-SP) .....	299
6.	<b>O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E O DIREITO ANIMAL.....</b>	<b>313</b>
6.1.	Os animais no Direito Civil comparado .....	314
6.1.1.	Animais não são coisas: Áustria, Alemanha, Suíça e Holanda ...	314
6.1.2.	Animais como seres vivos dotados de sensibilidade: França, Portugal, Espanha e Bélgica .....	316
6.1.3.	Algumas conclusões sobre o tópico .....	319
6.2.	O Código Civil brasileiro e sua interpretação conforme a Constituição: animais não são coisas, nem bens, mas sujeitos de direitos.....	320
6.3.	A tese do poder funcional sobre animais de José Fernando Simão .....	327
6.4.	Os animais na reforma do Código Civil brasileiro.....	331
6.4.1.	Os trabalhos da Comissão de Juristas.....	331
6.4.2.	A classificação jurídica dos animais na Parte Geral do Código Civil.....	333
6.4.3.	Os animais no Direito das Famílias.....	338
6.4.4.	A afetividade humana por animais como direito da personalidade.....	340
6.4.5.	Conclusões sobre o anteprojeto de reforma .....	341

### PARTE 3

#### A TEORIA DAS CAPACIDADES JURÍDICAS ANIMAIS COMO TEORIA DOGMÁTICA DOS DIREITOS ANIMAIS NO BRASIL

1.	<b>PREMISSAS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE JURÍDICA ANIMAL.....</b>	<b>345</b>
1.1.	O que é sujeito de direito .....	345
1.2.	Competência legislativa para atribuição de subjetividade jurídica.....	347
1.3.	Sujeito de direito e pessoa.....	349
1.4.	Sujeito de direito e capacidade jurídica.....	350
1.5.	Sujeito de direito e capacidade de fato .....	352
1.6.	Direitos da personalidade .....	352
2.	<b>A TEORIA DAS CAPACIDADES JURÍDICAS ANIMAIS .....</b>	<b>355</b>
2.1.	Animais são sujeitos de direito .....	357
2.2.	Animais são sujeitos despessoificados de direito .....	359
2.3.	Capacidade jurídica animal .....	363
2.4.	Níveis de capacidade jurídica animal .....	364

2.4.1.	Capacidade jurídica animal plena .....	365
2.4.1.1.	Cetáceos.....	365
2.4.1.2.	Cães e gatos.....	367
2.4.2.	Capacidade jurídica animal plena reduzível .....	369
2.4.2.1.	Animais silvestres .....	369
2.4.2.2.	Espécies animais ameaçadas de extinção: capacidade jurídica plena .....	373
2.4.3.	Capacidade jurídica reduzida .....	373
2.4.3.1.	Animais explorados economicamente .....	373
2.4.3.2.	Animais resgatados em situação de maus-tratos: capacidade jurídica plena reduzível.....	374
2.4.3.3.	Animais inseridos em famílias multiespécies: capacidade jurídica plena.....	375
2.5.	O caráter dinâmico dos níveis de capacidade jurídica animal .....	376
2.6.	Capacidade de fato animal .....	378
2.7.	Representantes legais dos animais .....	380
2.7.1.	Cetáceos e animais silvestres .....	380
2.7.2.	Cães e gatos e outros animais de estimação.....	382
2.7.3.	Animais com capacidade jurídica reduzida.....	384
2.8.	Direitos animais como direitos indisponíveis .....	384
2.9.	Direitos animais da personalidade .....	385
2.10.	A liberdade como direito animal .....	386
2.10.1.	A liberdade como dimensão da dignidade animal .....	386
2.10.2.	O princípio da primazia da liberdade natural e o problema da criação em cativeiro de animais silvestres .....	390
2.10.2.1.	A criação amadora de passeriformes e a criação comercial ou industrial de animais silvestres .....	390
2.10.2.2.	As inconsistências dos fundamentos legais evocados para legitimar as criações não ecológicas de animais silvestres .....	391
2.10.2.3.	A inconstitucionalidade e a ilegalidade das Resoluções 489/2018 e 394/2007 do CONAMA .....	395
2.10.2.4.	Sustentabilidade ética do uso, gestão e manejo da fauna .....	396
2.10.3.	<i>Habeas corpus</i> para animais.....	398
2.11.	Animais e o direito à reparação civil.....	406
2.12.	Animais com patrimônio próprio .....	407
2.13.	Animais como sujeitos de deveres .....	408
CONCLUSÃO – A FORMAÇÃO DA ESCOLA DOGMÁTICA DO DIREITO ANIMAL DO BRASIL .....		411
REFERÊNCIAS .....		415